

AS CAMADAS DA MEMÓRIA: A PRODUÇÃO DE MARCOS MEMORIALÍSTICOS NA HISTORIOGRAFIA REGIONAL DO OESTE DO PARANÁ (MARECHAL CÂNDIDO RONDON – 1950 – 1990)

Emílio Gonzalez*

Resumo: Nos últimos anos, Marechal Cândido Rondon tem sido objeto de estudo de um conjunto de trabalhos historiográficos e memorialísticos, produzidos principalmente por alunos e professores da Unioeste. Não obstante as especificidades e recortes de cada uma dessas pesquisas, é possível identificar vários elementos em comuns nestes trabalhos. Trata-se da construção e reafirmação de um campo hegemônico de memória, construído fora da academia mas incorporado ao discurso historiográfico acadêmico, pautando-se basicamente em três grandes eixos explicativos: *Colonização; Mecanização do Campo e Modernização da Agricultura*; e o *Projeto de Germanidade*. Este artigo tem por objetivo discutir o perfil dessa produção, apontando os principais problemas resultantes desta relação entre historiografia e Memória.

Palavras-Chave: História; Memória; Colonização; Mecanização Agrícola; Germanidade

Abstract: Recently, Marechal Cândido Rondon has been studied by many students and professors of UNIOESTE. They have produced a great number of historiographic and memorialist works. Despite the specific choices in this researches, we can identify some points in common: the construction and reafirmation of a hegemonic field of the memory, out the academy but incorporated to the historiographic academic speech, setting on three great explanatory axes: the Colonization, the Countryside Mechanization / Agricultural Modernization and the Germanization Project. This article discuss the scheme of these researches appointing the problems according the relationship between the Historiography and the Memory.

Key Words: History; Memory; Colonization; Agricultural Mechanization; Germanization

* Graduado em História pela UNIOESTE. Mestrando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC / SP).

O presente artigo decorre, em grande parte, de uma pesquisa de iniciação científica desenvolvida entre setembro de 1999 e agosto de 2000 na Universidade Estadual do Oeste do Paraná — UNIOESTE, intitulada *As Camadas da Memória: Perfil Reflexivo da Produção historiográfica e Memorialista da Cidade de Marechal Cândido Rondon/Pr (1950–1998)*.¹ Alguns resultados dessa pesquisa já foram apresentados e discutidos em congressos e seminários.²

A pertinência da discussão desse tema fundamenta-se no grande número de pesquisas produzidas no interior da academia que têm se ocupado em problematizar a memória oficial nos últimos cinco anos. A conclusão de dezenas de pesquisas em nível de mestrado e doutorado de professores e ex-alunos do curso de História da Unioeste tem trazido novos sujeitos, memórias e facetas do processo histórico constitutivo da região, subvertendo uma memória alicerçada a partir de uma forte propaganda oficial por agentes políticos e empresariais da cidade. Destaca-se também o grande número de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) que vêm se ocupando de temas até então marginalizados ou negados por essa memória hegemônica, tais como trabalho informal, precarização das relações de trabalho, experiências, organização e modos de vida de trabalhadores, movimentos migratórios, ocupação e reformulação do espaço físico, problemas de comunidades indígenas regionais, cultura popular, conflitos de terra, religiosidade, etc. Trata-se de temáticas e sujeitos que, ao serem focalizados, colocam em xeque a supremacia que essa memória oficial vinha atribuindo exclusivamente à Empresa colonizadora MARIPÁ e seu principal sujeito, o *pioneiro* (imigrantes *italo-germânicos* proprietários de lotes coloniais) na constituição da cidade e

¹ Pesquisa de Iniciação científica orientada pelo Prof. Robson Laverdi, do Colegiado Curso de História da Unioeste / Campus de Marechal Cândido Rondon, e financiada pelo PIBIC/UNIOESTE. Uma cópia do relatório final da pesquisa, contendo 53 páginas, encontra-se disponível para a consulta pública no CEPEDAL – UNIOESTE e no Laboratório de Ensino de História da UNIOESTE (LEH). O presente artigo, com algumas adequações textuais e acréscimos, contempla principalmente a terceira parte do referido relatório.

² Por exemplo, a pesquisa foi discutida no VI Encontro Regional da ANPUH/PR realizado na UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, no mesmo ano. Um balanço crítico dessa produção historiográfica também foi apresentado durante o VII Simpósio Interdisciplinar em História da UNIOESTE, em novembro de 2003, em Marechal Cândido Rondon. Nessa oportunidade, pesquisas de natureza semelhante foram apresentadas e debatidas também por outros participantes, o que trouxe a certeza da importância e da atualidade desse tema que, ao que tudo indica, apenas começou a desenhado e construir seu terreno historiográfico na produção local.

região. Por fim, deve-se acrescentar o fato de que a qualidade e a pertinência das temáticas exploradas por essas novas pesquisas vêm sendo reconhecidas e acolhidas por renomadas instituições de pesquisa do país, através de seleções de mestrado e doutorado.³

1.1 - História, Memória e Historiografia: uma relação a ser problematizada

Ao realizar a pesquisa, o objetivo principal que perseguíamos consistia em traçar um perfil da historiografia da cidade de Marechal Cândido Rondon, mapeando e identificando as principais fontes, marcos, sujeitos e objetos privilegiados por autores de textos historiográficos e memorialísticos na explicação do processo histórico de constituição urbana desse município.

Para essa tarefa, realizamos a leitura e análise de cerca de 50 trabalhos publicados na cidade e região, entre monografias de graduação e pós-graduação, dissertações, livros, uma tese de doutoramento, entre outros, produzidos nos últimos anos por alunos e professores dos cursos de graduação e pós-graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).⁴ Também foram consultados alguns

³ Nas mesas de apresentação pública dos Trabalhos de Conclusão de Curso (Monografia de Graduação) dos anos de 2003 e 2004 — alguns dos quais tive o privilégio de ser membro avaliador —, assim como o envolvimento mais direto na orientação de algumas dessas pesquisas, ficou claro o quanto esse tema permanece atual, e o quanto é urgente a necessidade em desconstruir uma memória hegemônica profundamente arraigada na produção historiográfica local. Por fim, a valiosa experiência de dois anos como professor colaborador do Colegiado de História da Unioeste, e a não menos valiosa oportunidade de trocar experiências em sala de aula com os alunos do curso de graduação também foram fundamentais nesse processo. No contato direto com esses alunos, em sua maioria moradores da cidade e região, é visível a busca pela ruptura com esses marcos de memória hegemônicos, há tanto tempo alicerçados e sustentados por agentes políticos, midiáticos e acadêmicos locais. Apenas essas razões já justificam a publicação, ainda que tardia, dos resultados daquela pesquisa realizada quando ainda cursava o curso de graduação na Unioeste.

⁴ Desde 1993, a Monografia de Graduação foi instituída como requisito obrigatório para a conclusão do curso de História da Unioeste. Cabe destacar que as temáticas pesquisadas são de livre escolha do graduando. Desta forma, é peculiar o interesse demonstrado por esses pesquisadores por aspectos da constituição histórica de Marechal Cândido Rondon, dado o grande volume de trabalhos já produzidos, e mesmo os que ainda estão em fase de preparação, como é o caso de dezenas de pesquisas de graduação, mestrado e até doutoramento em andamento, bem como pesquisas que

textos produzidos em outros cursos e universidades sobre este mesmo tema.

Na análise desse conjunto historiográfico, foi possível diagnosticar um perfil da memória histórica ali constituída. É importante ressaltar que a pesquisa não se preocupou em mapear as chamadas *Linhas Teóricas*, ou seja, a influência que os autores desses trabalhos teriam recebido das diferentes escolas historiográficas ou de autores como Roger Chartier, E. P. Thompson, Carlo Ginsburg, George H. Gadamer, para citar alguns exemplos. Mesmo assim, ao realizar o diálogo com os trabalhos analisados, buscou-se pensar aspectos e explicações particulares, produzidos no âmbito local por esses autores no desenvolvimento de suas hipóteses de pesquisas e no contato com suas fontes.

Também cabe destacar que a pesquisa não buscou produzir uma nova narrativa sobre o processo histórico constitutivo da cidade de Marechal Cândido Rondon. Nem se tratava de reconstituir ou julgar qual(is) a(s) narrativa(s) mais coerente(s), mais “aceitável(is)”, ou a(s) mais “documentada(s)” dentre aquelas abordadas. Limitamo-nos a pensar como os marcos de memória local foram construídos, e qual sua implicância na constituição e afirmação de lugares (espaços físicos e/ou simbólicos) na divisão social dessa cidade. Por essa razão, buscamos sobretudo avaliar como grupos hegemônicos da cidade construíram uma memória oficial a partir de um processo de apropriação, reformulação e homogeneização de um amplo conjunto de memórias presentes na trajetória de sujeitos sociais específicos da cidade. Além disso buscamos avaliar o papel que a academia desempenhou na afirmação, consolidação e blindagem dessa memória hegemônica.⁵

Em primeiro lugar, cumpre observar como essa memória foi construída, e como se tornou politicamente possível e sustentável. A

foram concluídas durante ou depois da realização do presente trabalho, razão pela qual não foram contempladas nessa análise.

⁵ Entendemos o conceito de *Hegemonia* a partir das formulações de Antônio Gramsci, para quem a *hegemonia* é a capacidade que um grupo social possui (ou desenvolve) de *subordinar* outros grupos sociais através de mecanismos de homogeneização que interagem principalmente no campo da cultura. Gramsci ressalta que a homogeneização das diferentes *visões de mundo* existentes na sociedade são requisitos para que um determinado grupo estabeleça a *sua* visão de mundo como *única*, principal ou hegemônica. Para Gramsci, o domínio é estabelecido justamente quando os grupos subordinados adotam a *visão de mundo* do grupo *hegemônico*, perdendo substancialmente sua capacidade de ação autônoma, uma vez que estão culturalmente condicionados a aceitar *valores* e concepções dominantes. Sobre esse assunto, ver DIAS (1997) e WILLIAMS (1979).

História oficial que a alicerçou nutriu-se de memórias cuidadosamente selecionadas de (e para) alguns sujeitos sociais hegemônicos da cidade. Essa memória é, portanto, o produto final de um processo político de afirmação de *lugares sociais*. A construção da memória é também um processo de disputa política. Isso porque ao fixar sua visão de mundo como a única, *oficial*, seus elaboradores buscaram sobretudo estabelecer lugares sociais nessa disputa pela hegemonia da cidade, dividindo a sociedade entre aqueles que teriam o direito de narrar, a sua maneira e a partir de seus valores, o processo histórico, naturalizando e perpetuando a divisão social de *classes* ali existente. Em contrapartida, estabelecia também quem deveria ser esquecido, ignorado, em suma, silenciado.⁶

Para que esse grupo dominante pudesse efetuar esse silenciamento, tornava-se necessário negar a existência da diferença, do conflito, da divergência, apresentando como *consenso* valores e *visões de mundo* que haviam sido estabelecidas por meio de relações de poder. Até porque faz parte do exercício de poder ocultar a diferença e a contradição (KHOURY et al., 1995: 27). Portanto, cabia aos elaboradores daquela memória oficial *harmonizar* as divergências — pelo menos no campo da representação artística, arquitetônica, política, memorialística e folclórica —, apagando as diferenças, negando o conflito vivido entre os diferentes sujeitos sociais envolvidos na constituição histórica dessa cidade. Assim, a cidade *alemã*, reino da festa, paz, ordem, trabalho e produtividade, idealizada pelas classes dominantes e institucionalizada a partir da *Oktoberfest*⁷ e pelo projeto de *Germanização*, seria o terreno no qual o conflito e a divergência tornar-se-iam meras abstrações. A cidade *germânica* e *ordeira* deveria figurar não como resultado da aspiração e idealização de suas elites, mas como produto do *sonho* de todos os seus moradores.

Ao estabelecer essa memória na condição de hegemônica, as *memórias* — e, conseqüentemente, as *visões de mundo* — *marginais* àquela oficial seriam tiradas de cena. Assim, os construtores dessa memória

⁶ Márcia Menendes Motta observa que o processo de construção social da memória principalmente em uma seleção e, portanto, em esquecimentos. Segundo ela, “os elementos constitutivos da memória reiteram que a memória é um fenômeno socialmente construído. Isso também nos permite afirmar que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais. Portanto, é preciso estar atento ao fato de que essa construção implica não somente lembrar, como também esquecer.” (MOTTA: 1998, 79).

⁷ Evento realizado anualmente desde 1987 na cidade, que, entre outras coisas, evoca as supostas “raízes germânicas” do município. Retomaremos a discussão a esse respeito na segunda parte deste artigo.

oficial buscaram eliminar aquilo que o estudioso da memória Michel Pollack considera como o caráter perigosamente subversivo das memórias divergentes e marginais.⁸ Tratava-se, sobretudo, de apagar a diferença, negar que nesse processo histórico existiram perdedores, exaltando a memória dos *vencedores*, silenciando-se em relação àqueles que não conseguiram alcançar uma posição política e/ou econômica de destaque na “História de Marechal Cândido Rondon”. Assim, à medida em que a pesquisa se desenvolvia, íamos dissecando a ossatura de uma *memória* de sujeitos sociais específicos da cidade, que há muito vinham empreendendo pesados investimentos e grandes esforços (políticos, econômicos e intelectuais) no sentido de estabelecer sua *visão de mundo* como *oficial*, ao mesmo tempo em que ignoravam as visões de mundo — ou seja, as *memórias* — dos demais moradores da cidade.⁹

Nessa tarefa, entendíamos que o nó memorialístico a ser desatado necessitava justamente de um diagnóstico que identificasse quem eram os elaboradores dessa memória, e quais elementos que serviam para sua sustentação. A partir dessa nova problemática que se desenhava, partimos para uma leitura mais aprofundada das fontes da pesquisa.

1.2 - A materialização historiográfica da Memória hegemônica

Na estrutura memorialística diagnosticada, o processo constitutivo da cidade de Marechal Cândido Rondon aparecia fundamentado em basicamente três grandes marcos historiográficos,¹⁰ quais sejam: o

⁸ Pollack observa que “uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória (...)” (POLLACK, 1989: 5).

⁹ Um caso exemplar pôde ser observado recentemente, quando da homenagem ao pai do ex-deputado estadual e federal Werner Wanderer, um dos principais políticos e empresários da cidade. Na ocasião, o pai do ex-deputado, que chegou na cidade em meados da década de 1950, foi saudado como *pioneiro* da colonização. Não obstante, muitos outros imigrantes que chegaram no mesmo período, ou até antes, não foram considerados igualmente como *pioneiros*, o que demonstra a natureza da memória com a qual estamos lidando.

¹⁰ Entende-se por “marco historiográfico” um conjunto de informações históricas construídas sobre um mesmo objeto, passíveis de estabelecer e constituir divisões e etapas que direcionarão futuras leituras e interpretações. O marco historiográfico constitui a articulação deste conjunto de informações, muitas vezes variadas, na tentativa de explicar “tudo” sobre aquele fato ou objeto. Um marco historiográfico pode fundar-se sobre apenas uma memória específica, de um determinado grupo social. Este grupo, ao estabelecer sua visão de mundo como a verdadeira, torna-a

processo de *Colonização* (décadas de 1950 – 60), que teria constituído a cidade física, étnica e demograficamente; a *Mecanização do campo e Modernização Agrícola* (década de 1970), que teria desenhado o perfil social e econômico da cidade, especialmente pelo desenvolvimento da agroindústria; e o *Projeto de Germanidade* (a partir da década de 1980), que teria recuperado as raízes germânicas do município. Alguns temas intermediários aparecem nessas narrativas, mas de forma interligada a um dos três marcos historiográficos acima mencionados.

Não podemos atribuir toda a responsabilidade da elaboração e fixação dessa memória a esse ou aquele sujeito em particular. Individualizar sua construção a partir desse ou daquele escritor, político ou empresário significa perder de vista o caráter social e o esforço coletivo do grupo que construiu essa memória. O risco é tomar a cidade apenas como materialização de vontades individuais de suas classes dominantes, ignorando que outros sujeitos sociais também participam da construção e resignificação da cidade. Ainda que seus olhares, ações e projetos não sejam igualmente reconhecidos por suas classes dominantes, esses outros sujeitos existem, e (re)constróem a cidade a partir de suas *visões de mundo*, de suas *necessidades* e de suas possibilidades. Isso significa reconhecer que a construção física e cultural da cidade passa necessariamente por embates entre diferentes *projetos* de classes sociais que compõem seu tecido social. (RONCAYOLLO, 1986).

A construção dessa memória hegemônica e homogeneizadora sobre Marechal Cândido Rondon experimenta seu auge na década de 1980, com o empreendimento de várias ações — políticas, administrativas, econômicas, intelectuais, etc — levadas a cabo também no oeste paranaense, a partir de uma aliança entre setores do poder público, acadêmico e empresarial da região.¹¹

hegemônica, sobrepondo-a às memórias de outros grupos sociais existentes. A partir disso, esse grupo pode naturalizar posições sociais e relações de poder, constituindo elementos que servirão para perpetuar e legitimar relações de subordinação de um grupo a outro.

¹¹ Embora não seja objeto da presente análise, é importante destacar que a iniciativa da produção de “Histórias” oficiais com amplo apoio do poder público foi uma constante na década de 1980. Trabalhos que mais tarde serviriam como referências para pesquisas produzidas no âmbito da academia foram fartamente produzidos e distribuídos pelas Prefeituras municipais e pelo poder econômico regional. Nessa linha, podemos citar os livros de Ruy Wachowicz, *Obrageros, Mensus e Colonos: História do Oeste do Paraná* (Curitiba, 1982), Venilda Saatkamp, *Desafios, lutas e conquistas: História de Marechal Cândido Rondon* (Cascavel, 1985), Oscar Silva & outros, *Toledo e sua História* (Toledo, 1988), e José Augusto Colodel, *Santa Helena na História do oeste do Paraná* (Santa Helena, 1988) como exemplos dessa tendência no âmbito regional.

Sobretudo na década de 1980, a Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon passa a promover e apoiar iniciativas no sentido de construir uma memória *germânica* sobre a cidade. Embora esse assunto mereça tratamento mais aprofundado, cabe destacar duas ações que foram decisivas para a materialização historiográfica de uma memória desse tipo: a criação em 1981 da FACIMAR (Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon, atual UNIOESTE) com a instalação imediata do curso de História, e a publicação do livro *Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon*, de Venilda Saatkamp (1985). Seguir-se-iam a essas ações a elaboração e implantação do *Projeto de Germanidade* e a implantação da *Oktobefest* (realizada pela primeira vez em 1987). Outras iniciativas (arquitetônicas, administrativas e econômicas), assim como *ações culturais* também foram empreendidas nesse período, mas por ora analisaremos apenas os dois elementos acima destacados.

É importante observar algumas questões referentes a produção do livro de Venilda Saatkamp, *Desafios, Lutas e Conquistas*. Esse livro foi produzido com amplo apoio da Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon, MEC, ASSOESTE, entre outras entidades ligadas ao poder público local e regional. Apesar das instituições apoiadoras desse livro constituírem-se como órgãos de fomento à pesquisa acadêmica (exceção feita à Prefeitura Municipal), a obra não foi produzida no interior da Universidade, como um trabalho monográfico, tese ou dissertação. De qualquer forma, é importante destacar que na ocasião, a autora era professora do recém-criado curso de História da FACIMAR. Utilizava, portanto, as credenciais acadêmicas que esta instituição lhe fornecia. Eis a importância da criação de um curso de História para uma cidade cuja memória estava sendo escrita. A legitimidade *científica* dessa memória deveria vir exatamente da academia.

Ainda sobre o livro, é importante frisar as condições de sua produção e publicação. O livro surgiu com base nos resultados obtidos com o “projeto memória”, promovido no início da década de 80 pela Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon, em conjunto com o MEC e FACIMAR, entre outros. O objetivo desse projeto, segundo as palavras de uma de suas coordenadoras, era “*recuperar a história e as experiências de vida das comunidades e a buscar sua identidade cultural, para proteção dos valores conquistados (...)*”. (SAATKAMP, 1985). Aqui, fica claro que objetivo do projeto, assim como do livro, era criar e estabelecer uma “identidade cultural”. Evidentemente, a “identidade cultural” que se buscava deveria articular e reforçar os marcos “germânicos” da memória que sua elite estava construindo.

Assim, esse livro foi organizado e pautado nos principais marcos da história “germânica” do município. Significa dizer que o conjunto de marcos, sujeitos, cronologias e acontecimentos ali reunidos para narrar a “História de Marechal Cândido Rondon” caminhou no sentido de dar ênfase à presença *sulista-germânica* no município. Dessa forma, os principais elementos utilizados em sua crônica correspondem apenas à memória histórica do grupo que triunfou no propósito de assumir o papel de classe dirigente na cidade.

Apesar de em alguns momentos o livro trazer a evidência da presença de outros sujeitos na cidade, e até mesmo de divergências vividas por esses migrantes (SAATKAMP, 1985: 51), em momento algum a autora admite a existência de conflitos entre classes sociais antagônicas. Isso porque quando Saatkamp vislumbra diferenças entre os moradores da cidade, ela os apresenta como *conflitos* étnicos. Em um trecho de seu trabalho, a autora chega até mesmo a sugerir que não existiam classes sociais em conflito, afirmando:

No início da colonização, não havia gente muito rica nem muito pobre. Os agricultores de origem alemã e os poucos italianos existentes formavam a classe média de colonos autônomos e comerciantes. Ocupavam, ainda, os cargos públicos mais importantes ou trabalhavam para a Companhia MARIPÁ. (SAATKAMP: 1985, 85).

A autora também parece querer traduzir a existência de diferenças sociais (de classe) como resultado da postura itinerante, descomprometida e não organizada (via Colonizadora MARIPÁ, por exemplo) que os migrantes “não-alemães” assumiam. Segundo ela,

Os luso-brasileiros que moravam na vila General Rondon pertenciam à classe social mais baixa, *não fazendo parte da sociedade dos colonos*, pois eram trabalhadores caboclos que vinham em busca de trabalho temporário. Os trabalhadores paraguaios pertenciam à classe social mais baixa *devido as suas constantes migrações*. (Idem, 85, grifos meus).

Aqui, cabe destacar dois elementos presentes nos argumentos dessa autora: sua insistência em acentuar as “diferenças étnicas” entre os *alemães* e os *não-alemães* — ignorando assim as diferenças sociais, econômicas, de classe —, e a concepção que constrói sobre quem eram os “colonos”, ou sobre quem pertencia à “sociedade dos colonos”. No trecho acima, ao se referir aos *caboclos* como não pertencentes à sociedade dos colonos, a

autora deixa claro que *colonos* — termo que aqui aparece como sinônimo de *pioneiro* — eram apenas aqueles proprietários de terra, ou seja, os micro-empresários associados à empresa MARIPA. É preciso destacar que foi exatamente esse requisito — ser colonizador e pioneiro — que as elites locais utilizaram para definir aqueles que seriam “lembrados” pela História oficial de Marechal Cândido Rondon, e em contrapartida, aqueles que deveriam ser esquecidos. Dessa forma, embora sua narrativa aspire à universalidade (História de Marechal Cândido Rondon), ela é restrita tão somente à atuação de um grupo específico de imigrantes, ou seja, aqueles cuidadosamente selecionados e associados à Empresa Maripá.

Por se tratar de um texto de caráter memorialístico-oficial, o livro é extremamente pobre no que se refere ao tratamento crítico das informações que apresenta. A despeito de todos esses problemas de ordem teórico-metodológica, esse livro acabou tornando-se uma espécie de referência obrigatória para as pesquisas produzidas sobre a cidade e região no transcorrer da década de 1990, em especial, aquelas construídas mesmo por alguns alunos e professores no interior da Universidade, inclusive em Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado.

Não podemos atribuir somente a esse livro toda a Memória oficial construída sobre a cidade de Marechal Cândido Rondon, uma vez que essa Memória receberia ainda reforços e legitimidade vinda do interior da própria academia. É difícil nesse caso estabelecer uma fronteira entre a produção oficial (memorialística) e a produção historiográfica (acadêmica), e muito menos saber quem esteve a serviço de quem. O fato que permanece é que muitos discursos e idéias produzidas e difundidas através de meios oficiais e da imprensa local (periódicos, jornais locais, rádios, relatórios de festas, de associações, *folders*) foram reproduzidos na íntegra, muitas vezes, sem qualquer tratamento crítico, por muitas pesquisas acadêmicas, conforme discutiremos mais adiante.

Devemos reconhecer que houve um certo esforço da parte de muitos pesquisadores acadêmicos no sentido de produzir críticas à visão romantizada e exageradamente harmônica apresentada por Venilda Saatkamp e pelos demais elaboradores daquela memória oficial. No entanto, no afã em desconstruir a noção de *harmonia* no interior dessa *cidade germânica*, muitos trabalhos acadêmicos passaram a tratar os conflitos como *disputas étnicas*, o que acabou tornando novamente o campo da reflexão refém da armadilha memorialística construída em torno da *germanidade*. Deixava-se de lado o conflito vivido entre *proprietários* e *expropriados*, *assalariados* e *empresários*, *governantes* e *sem-terras*, *empresas* e *imigrantes*, etc. Passava-

se a tratar dos conflitos existentes como disputas étnicas entre *italianos e alemães, alemães e paraguaios, alemães e luso-brasileiros, alemães e poloneses, poloneses e ucranianos*, e assim por diante. Construía-se a falsa noção de que a *consciência étnica* teria sido o motor — e, ao mesmo tempo, o limite — das divergências vividas entre os milhares de trabalhadores que para aqui se dirigiram de forma ordenada (fluxos migratórios conduzidos) ou aleatórios.

Nessa argumentação, criava-se ainda outro problema: ignorava-se diferenças de classes e trajetórias existentes dentro do próprio grupo étnico. A noção artificial criada em torno da *germanidade*, ou da suposta existência de uma *identidade germânica*, coesa, universal e hegemônica na cidade, e que fora construída para explicar o conflito com outros grupos étnicos, partia da idéia de que os *germânicos* ou os imigrantes *alemães* eram grupos coesos entre si, perdendo-se de vista que enquanto muitos desses imigrantes compravam extensões imensas de terra, outros sequer possuíam um lote onde fixar moradia e plantio. As dificuldades de migração e instalação, o tratamento diferenciado dado pela empresa aos agricultores de acordo com sua propriedade e capital investido, o acesso a serviços e ferramentas da empresa e de seus profissionais (maquinário, agrimensor, corretores de imóveis, etc), eram simplesmente ignorados.

Sob esse ponto de vista, entendemos tratar-se de um erro supor que a memória preservada se referisse a *todos os alemães*, tratados e considerados enquanto um grupo homogêneo. Em um trabalho de doutoramento concluído recentemente, Robson Laverdi entrevistou, entre outros, imigrantes sulistas descendentes de alemães, e que vieram para Marechal Cândido no início de seu processo constitutivo urbano (LAVERDI, 2003). Considerando o peso étnico de sua descendência, esses imigrantes deveriam estar entre aqueles “escolhidos” pela empresa Maripá para colonizar o território oesteño. Afinal, eles portavam o perfil “desejado” pela Empresa Colonizadora Maripá¹². Eram também portadores do *ethos* que seria a principal característica do típico homem

¹² Segundo palavras do próprio relator e contador da empresa, esse perfil se compunha das seguintes características: “Esse agricultor, descendente de imigrantes italianos e alemães, com mais de cem anos de aclimação no país, conhecedor de nossas matas, de nossos produtos agrícolas e pastoris, primando pela sua operosidade e pelo amor à terra que trabalha, seria, portanto, o elemento predestinado a fazer parte desta tarefa.” NIEDERAUER, Ondy Hélio. *Relatório da empresa Colonizadora MARIPÁ*, aprovado por Willy Barth e Egon W. Bercht, em 1955. (Citado por GREGORY & LOPES, 2001: 32).

¹³ A noção da existência de um *ethos* como motor da história está presente em praticamente todo o trabalho de doutoramento de Valdir Gregory, defendido em

do oeste paranaense, segundo Gregory (GREGORY & LOPES, 1998).¹³

Essa tentativa de tipificação do habitante local tem sua origem na necessidade que as elites da cidade sentiram ao perceber que a ordem social — e, consequentemente, a configuração de poder existente nessa ordem — estava se subvertendo. Embora esse assunto não seja também objeto da presente análise, devemos observar que a tipificação da população local foi um recurso criado por essa elite em um momento social bastante turbulento, uma vez que muitos trabalhadores que haviam sofrido o processo de êxodo rural durante a década de 1970 e início de 1980 estavam paulatinamente retornando do Paraguai, Mato Grosso, Rondônia e de outras regiões do Brasil, passando a ser vistos como “indesejáveis”, “de fora”, já que além de passar a exigir o direito à cidade, eles agora subvertiam a tradicional imagem construída por essa elite, na qual a cidade era apresentada como *harmoniosa, ordeira e sem problemas sociais*.

A tipificação do “rondonense” esteve assim presente em projetos como a remodelação arquitetônica do centro, realizada no transcorrer da década de 1980 e 90, cujo objetivo era *germanizar* e, portanto, ordenar a cidade. A instituição da *Oktoberfest* também integrou esse projeto, uma vez que a festa visava “*recuperar as raízes germânicas do município*. O *germanismo*, nesse caso, vinha carregado de significações e imagens. Esteve presente no projeto de construção do *Portal germânico* da cidade pela Prefeitura Municipal. Foi combustível e justificativa para as tradicionais *deportações* de trabalhadores pobres recém chegados à cidade, na década de 1980, para seus lugares de origem, quando esses, após interrogados por funcionários da Prefeitura Municipal e, em alguns casos, até mesmo pela polícia, não conseguissem comprovar possuir trabalho ou moradia já acertada de antemão. Mas essa tipificação chegou a tal ponto que já na década de 1990, um vereador da cidade apresentou uma proposta para a criação da *carteirinha do rondonense*,¹⁴ que entre outras coisas, deveria servir como *identificação*

1997, publicado em 2000. Mas uma definição mais sucinta e tipificada a respeito da compreensão do autor sobre o que seria esse *ethos* característico do homem do oeste do Paraná aparece em um artigo publicado em 1998, no qual o autor afirma: “Se a vida do homem do oeste paranaense se constitui no meu objeto de pesquisa, eu estou me referindo à vida de um ser humano característico, ou seja, euro-brasileiro. Mas, o que caracteriza o euro-brasileiro como tal em 1885 em Cândido Godói no interior do Rio Grande do Sul (...) e em 1970 no oeste do Paraná? Ele é EURO, portador de um ‘*modus entis e vivendi*’, de cultura característica. Ele estabelece o ‘cerco civilizatório’ ao nativo. Ele é o construtor do novo, do moderno aqui, uma vez que foi gestado no seio das transformações da sociedade moderna, tendo reagido, resistido e se adaptado de maneiras as mais diversas. As reiteradas migrações simbolizam tais contradições.” (GREGORY & LOPES, 1998: 29).

¹⁴ Proposta apresentada pelo vereador Valdir Sachser. Citado por STEIN, 1996.

para que os moradores locais pudessem ter acesso a serviços públicos, educação e moradia.

É compreensível que a memória oficial, enquanto porta-voz desses projetos políticos dominantes, também tenha tentado estabelecer historiograficamente tal tipificação, elegendo como mito fundador da cidade — e, portanto, seu “dono” por direito — o *pioneiro germânico*. Essa historiografia oficial buscava assim construir o “chão” histórico para sustentar e legitimar as relações de poder e a ordem que essa elite buscava manter.

Assusta, no entanto, que muitos *acadêmicos* tenham endossado essa tipificação, mesmo quando pretendiam criticá-la. Nesse sentido, buscaram denunciar que ao construir a memória oficial sobre a cidade, as elites teriam privilegiado apenas a memória dos *alemães* na explicação do processo histórico, colocando-a em posição hierárquica superior à memória de outros *grupos étnicos*, como os *Luso-brasileiros*, *índios* (ou paraguaios), *caboclos* (ou pêlo-duro), etc. Os *alemães*, uma vez estabelecida sua memória como a *oficial*, teriam garantido sua posição no domínio político e na organização (racial) da cidade.

Nada mais falso. Entre os entrevistados de LAVERDI (2003) estavam muitos imigrantes descendentes de alemães que vieram para essa cidade quando essa ainda estava em fase de constituição urbana, mas que foram considerados igualmente “indesejáveis” pelos agentes empresariais que promoveram a colonização da cidade. Isso porque muitos desses imigrantes, filhos de famílias pobres, não se tornariam grandes proprietários de lotes rurais (colônia) e, dessa forma, não “mereceriam” ser também considerados *pioneiros* dessa cidade. Isso porque ser considerado “pioneiro” significava ocupar um importante lugar de destaque nesse campo de memória. Esses “pioneiros” passaram a figurar como “exemplos” a serem seguidos e/ou venerados pelos demais moradores da cidade. Estabelecia-se assim uma memória oficial completamente seletiva e elitista, povoada de exemplos do empreendedorismo capitalista no oeste paranaense, a partir do critério da posse colonial, e na qual apresentava-se aqueles “sujeitos” que deveriam ser obrigatoriamente lembrados e, naturalmente, aqueles que deveriam ser esquecidos. Os *alemães* pobres que Laverdi entrevistou estavam entre aqueles que seriam esquecidos.

Assim, não se sustenta a concepção de que a memória escolhida para narrar esse campo de memória tenha sido pautada em critérios de seleção “étnica”: ela foi antes de tudo pautada em posições sociais. A meu

ver, qualquer leitura do processo histórico que constituiu essa cidade que ignore esse caráter classista — e não racial — utilizado pelos formuladores dessa memória oficial corre o risco de perder-se em falsas discussões etno-raciais. O perigo da adoção de noções generalizantes e universais sobre *etnia*, na qual perdem-se ou descartam-se diferenças irreconciliáveis entre sujeitos e classes sociais no interior desse grupo *étnico*, conforme bem observou René Gertz, parece ter sido outra das várias implicações ignoradas por muitos pesquisadores locais.¹⁵ Não faz sentido generalizar os “alemães”, os “italianos”, os “lusó-brasileiros” em uma cidade povoada por ricos e pobres, trabalhadores e empresários, patrões e empregados.

Sustentável ou omissa, classista ou preconceituosa, o fato é que essa memória foi por vezes reproduzida acriticamente por muitas pesquisas acadêmicas, mesmo quando essas buscavam estabelecer a “crítica”. Ao preservar o pressuposto de uma espécie de “determinismo germânico”, esses trabalhos acabaram também reforçando e sustentando os marcos *germânicos* da história local. Nesse sentido, o papel desempenhado pela academia foi o de blindar — voluntariamente ou não — essa memória, reafirmando-a a cada nova pesquisa que se produzia, soterrando sujeitos e experiências nessas *camadas de memória*, tornando-as cada vez mais difíceis de serem removidas.

2 - Perfil da Produção Historiográfica e memorialista

Vale a pena enfatizar a forma como os marcos de memória, acima citados, foram historiograficamente articulados. A narrativa histórica que foi construída a partir deste campo de memória apresenta a cronologia histórica de Marechal Cândido Rondon da seguinte forma: inicialmente,

¹⁵ Gertz, em seu livro, descreve que “recentemente o brasilianista Jeff Lesser (...) disse num depoimento que um dos problemas da historiografia sobre imigrantes é a suposição de que estes constituem um grupo homogêneo e monolítico. Endosso essa crítica na íntegra. (...) pode-se dizer que nem todos os alemães e descendentes no Rio Grande do Sul eram (e são) colonos. Havia colonos, colonos luteranos, colonos católicos, comerciantes, industriais, maçons, proletários, que - mesmo pressupondo que possuem alguns interesses ideais comuns - possuíam interesses ideais e materiais diferentes. Hoje temos no Brasil o *alemão* Wolfgang Sauer, que durante muito tempo foi diretor da Autolatina, e temos o *alemão* Edvino Schmidt, que esteve entre os sem-terras que invadiram a Fazenda Santa Elmira. O que haverá de comum entre estes dois *alemães*?” (GERTZ, 1991: 09, grifos no original)

após um longo período de “barbárie, exploração e abandono”, a região passou por um processo de *Colonização racional, perfeita e igualitária*, iniciada em 1951, planejada minuciosamente pela Empresa Colonizadora Maripá. Este processo teria transpassado as décadas de 1950 e 1960, constituindo-se como um grande triunfo colonizatório, um “exemplo de Reforma Agrária” (SAATKAMP, 1985: 52), transformando o oeste na “mais perfeita colonização planejada de todo o País.” (SILVA, 1988: 90). Portanto, a colonização de 1950 aparece como uma obra-prima, perfeita, impecável, inteligente, digna de admiração, um exemplo para a resolução do problema fundiário no país (SAATKAMP, 1985: 52).

Contudo, em 1970, por conta de uma inevitável “tendência nacional”, a cidade teria passado a experimentar uma negativa experiência econômica e social gerada pela *Mecanização e Modernização da agricultura*. Na historiografia acadêmica, este processo é apontado como o momento em que a cidade, ao sofrer os efeitos da economia de mercado e da agroindústria, começou a desestruturar a *sociedade perfeita e igualitária* construída, no processo de colonização, pela Colonizadora MARIPÁ. Neste sentido, esse marco é utilizado para explicar os atuais problemas sociais, econômicos e urbanos de Marechal Cândido Rondon, embora também seja usado pelas classes empresariais e pelos documentos oficiais para apresentar a pujança agrícola do estado relacionada à produtividade e à conquista de mercados.

E, por fim, o Projeto de Germanidade está relacionado ao surgimento de idéias e iniciativas que, a partir de meados de 1980, passaram a reclamar as supostas “raízes germânicas da cidade de Marechal Cândido Rondon”, exigindo a retomada do “espírito germânico” que teria sido constituído no processo colonizatório. A Oktoberfest, instituída pelo poder público (Prefeitura Municipal) em 1987, coloca-se como principal elemento propagador do projeto.

Uma das questões que chamou a atenção é a forma como estão encadeados esses três marcos históricos. Aparecem sempre colocados numa perspectiva linear, complementando-se, sem que haja rupturas importantes entre ambos. A impressão que se tem é que esses três marcos correspondem a um único processo histórico, desconsiderando assim até mesmo os diferentes sujeitos, elementos e períodos que os separam.

Essa linearidade e essa aproximação criam imagens, explicações fechadas e esquematizadas, tornando a história mecânica. Nessa perspectiva, não há diferenças entre entender a cidade de Marechal Cândido Rondon em 1950 ou em 1985; tudo passa a ser visto como um

único processo histórico. Entre a Colonização em 1950 e o Projeto de Germanidade em 1987, não se faz menção a qualquer elemento que pudesse causar alterações neste suposto “espírito germânico”. A impressão que se tem é de que o “colono alemão” da década de 1990 pensa exatamente a mesma coisa que o “colono alemão” que chegou na cidade nos anos 50, ou mesmo aqueles *alemães* que vieram para o Brasil no final do século XIX e início do século XX.¹⁶ Nega-se, portanto, o processo histórico; institui-se uma linearidade. Neste caso, essa estreita relação construída entre duas temporalidades até certo modo distantes está no fato de que, para que se possa sustentar a idéia de uma cidade com “raízes germânicas”, torna-se necessário também criar e sustentar a imagem de uma colonização “alemã” da cidade.

2.1 A colonização da década de 1950

De acordo com as narrativas historiográficas, a atual região que compreende a cidade de Marechal Cândido Rondon foi ocupada, durante as primeiras décadas deste século, por companhias estrangeiras. Essas companhias tinham como atividade econômica a exploração natural da região, com a extração de madeira e erva-mate.

A região era apresentada como um território vazio em termos demográficos, pelo menos no que tange a ocupação brasileira. As colonizações iniciadas a partir da década de 1940 são então apresentadas como tentativas dos governos da época (Federal e Estadual), em “recuperar” geograficamente a região através dessas empresas colonizadoras, ampliando as fronteiras para novos investimentos capitalistas, através da expansão das fronteiras agrícolas, políticas e territoriais.

O quadro traçado por essa historiografia demarca, primeiramente, a ocupação espanhola da região (alusão à presença das missões jesuíticas e da disputa pela região entre Portugal e Espanha), desde o século XVI até

¹⁶ Valdir Gregory, por exemplo, em um trecho já citado nesse artigo, chega a afirmar o seguinte: “Mas, o que caracteriza o euro-brasileiro como tal em 1885 em Cândido Godói no interior do Rio Grande do Sul (...) e em 1970 no oeste do Paraná? Ele é EURO, portador de um ‘*modus vivendi*’, de cultura característica”. (GREGORY, 1998: 29). Essa “cultura característica” (ou o *ethos* germânico) é tomada de forma completamente anacrônica, desestoricizada, ignorando que a cultura deve ser entendida não como um monumento imutável, mas como algo em constante transformação e recriação, portanto, dinâmica. (WILLIAMS, 1979).

o final do XIX. Para descrever esse período, alguns autores constroem a noção que a região era uma grande selva (SILVA, 1988:21), abandonada e deixada de lado pelo governo brasileiro (GREGORY, 2000:89-90). A partir da Segunda metade do século XIX, e principalmente a partir de 1900, algumas empresas de exploração e extração natural (obrages) passaram a se instalar na região. Essas obras, associadas ao medo, terror, selvageria e barbárie (WACHOWICZ, 1982: 58) teriam reinado absolutamente até 1925, estagnando e declinando com a passagem da Coluna Prestes. Posteriormente, um segundo ciclo exploratório da região teria sido levado a cabo por uma companhia inglesa, quando, ao final da década de 1940, se iniciaria a colonização do oeste paranaense.

A partir desse primeiro bloco de informações, observa-se que os termos usados pela historiografia local para definir as atividades exploratórias anteriores à década de 40 geralmente são empregados com o objetivo de construir uma idéia de abandono, descaso, depredação, escravidão, falta de nacionalismo e terra sem lei, dentre outros. Essa forma de descrever a região no período pré-colonizador não apenas busca justificar o processo seguinte (ou seja, a colonização propriamente dita), no sentido de pensá-la como algo extremamente necessário, como também passar a idéia de que a “selvageria” (1900-1945), teria sido sucedida pela “civilização” que as colonizações trariam a partir de 1946.

É importante frisar que a região já havia sido alvo de outros empreendimentos colonizatórios na fase pré-1946 (COLODEL, 1988: 221). No entanto, essas tentativas anteriores quase não são mencionadas, e, quando isso ocorre, são apresentadas como planos fracassados. Isso acaba fazendo com que o intento colonizatório se torne objeto exclusivo da Empresa Colonizadora Maripá, e que sua ação seja vista como obra de verdadeiros “gênios iluminados”, em outras palavras, a própria civilização: “e foi com esse plano e as normas de execução que a Maripá transformou Toledo e o Oeste na mais perfeita colonização planejada de todo o País. Tudo isso – diga-se de passagem – graças ao gênio e a capacidade de Willy Barth.” (SILVA, 1988: 90)

Nesse campo de memória, é preciso estar atento ao fato de que não estamos lidando com qualquer “colonização”, mas com um evento específico, único, pensado, projetado e executado por uma empresa colonizadora, e que tinha em sua base um “grande líder”, Willy Barth. Voltaremos a esse último ponto mais adiante.

Para essa historiografia, a empresa Maripá e seu líder Willy Barth assumem o papel (sacralizado) de “mito fundador do município”, sem os quais não seria possível estudar sua História (SAATKAMP, 1985: 52). A

idéia de que “tudo começou com a Maripá” aparece em vários trabalhos consultados, como o texto produzido por João Luis Scopel em 1996, onde esse autor faz o seguinte relato:

Marechal Cândido é um município da região Oeste do Paraná. E que a exemplo de todos os outros municípios brasileiros é constituído por uma cidade, bairros, vilas, povoados, sítios (...) *Mas tudo isso não aconteceu da noite para o dia. Tudo começou em 1946*, quando um grupo de 50 pessoas, na maioria gaúchos e catarinenses, reuniram-se para fundar uma empresa de colonização, que foi chamada de Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A, mas que acabou ficando conhecida por MARIPÁ. (SCOPEL: 1996, 12-13, grifos meus)

Nesse campo de memória, ressalta-se a presença marcante e “paternal” da Empresa Maripá nas mais importantes etapas da colonização. Dessa forma, seu plano de ação — um enunciado de metas a serem atingidas durante o processo colonizador — passou a ser visto como sendo o próprio processo histórico. Venilda Saatkamp, por exemplo, escreve que “O projeto de colonização da companhia Maripá, inicia a segunda fase da história rondonense, caracterizada pela efetiva ocupação e fixação das terras hoje pertencentes ao município”.(SAATKAMP: 1985, 220). Essa idéia está reproduzida em outros textos consultados, aparecendo abertamente em alguns, ou implicitamente em outros. Ivan Eidt, em perspectiva parecida, afirma que “nenhum dos pontos previstos e anotados no plano de ação ou publicados em folhetos de propaganda ficaram esquecidos.” (EIDT, 1997: 37). Nesse caso, apocalipticamente, a empresa Maripá teria criado uma cidade à sua imagem e semelhança.

Nessa perspectiva, a empresa Maripá recebe o estatuto de “*sujeito da História*”. Isso porque a tônica dessas narrativas convergem no sentido de afirmar que *a Maripá fez, trouxe, levou, pensou, projetou, executou, etc.* Há poucos trabalhos que de fato tentaram romper com essa visão, sendo um dos textos mais significativos o produzido por Claércio Ivan Schneider. Esse autor também teve por foco a atuação das empresas colonizadoras na região, discutindo os projetos políticos implícitos e explícitos que permearam o processo de colonização. Apesar de seu objeto de estudo também ser a atuação das empresas colonizadoras na região, o autor chama a atenção para um importante aspecto: “(...) quem arcou com os custos de todo o processo da colonização desde seu início, foi o colono, seja na forma de trabalho, seja na forma de capital empregado (...)”.(SCHNEIDER, 1998: 38)

Por outro lado, a partir principalmente da utilização da História oral, alguns trabalhos buscaram referendar o processo não apenas a partir de relatórios da empresa, mas trazendo a voz de sujeitos participantes do processo de colonização. Essa iniciativa, muito importante do ponto de vista historiográfico, acabou caindo em outra armadilha desse campo de memória: na maioria das muitas vezes, as vozes ouvidas são exclusivamente daqueles agricultores chamados de “pioneiros” da colonização. Isso gerou uma situação não muito diferente da anterior: enquanto esses “pioneiros” eram novamente consagrados como as únicas vozes autorizadas a falar pelo processo histórico, a Empresa Colonizadora Maripá continuava no centro da trama histórica, uma vez que não se tratava de qualquer pioneiro, mas especificamente o “pioneiro” da Empresa colonizadora Maripá. Evidentemente, não se trata de um pecado mortal ter sido integrante de uma das pouco mais de três mil famílias que adquiriram lotes da empresa colonizadora Maripá entre 1946-60. Esses agricultores eram, antes de tudo, seres humanos, pais e filhos de famílias numerosas, imigrantes, retirantes, portadores de experiências e saberes específicos

O problema é que esses agricultores não foram procurados para falar sobre *sua experiência*, enquanto sujeitos de um processo histórico, e sim de sua inserção no processo *conduzido* pela empresa Maripá. De sujeitos históricos, esses foram reduzidos a meros coadjuvantes da empresa Maripá e de seus líderes. Sua atuação passa a ser visto apenas como complementar ao plano de colonização dessa empresa. Dessa forma, esses “pioneiros” não falaram enquanto indivíduos livres, autônomos, sujeitos de sua própria história, mas como “pioneiros” que confirmaram a obra “civilizadora” da empresa Maripá. Num primeiro momento, isso explica porque os “pioneiros” tinham em comum o fato de terem sido proprietários de lotes coloniais vendidos pela empresa Maripá. Mas explica sobretudo porque, dentre as mais de três mil famílias de imigrantes que compraram terras da empresa, apenas algumas foram “escolhidas” ou autorizadas a falar como pioneiros.

Impressiona ainda o grande peso atribuído às decisões individuais da empresa Maripá e de seu principal líder Willy Barth. Muitos trabalhos chegam a afirmar que “isso aconteceu porque Willy Barth quis, e aquilo não aconteceu porque Willy Barth não quis”. Assim, enquanto as vozes dos “pioneiros” falam pela empresa e por todos os demais colonos, se estabelece a percepção de que todos aceitaram os projetos da Maripá, todos viveram da mesma forma o processo, todos se lembram e se esquecem das mesmas coisas. Willy Barth não teria sido o líder

extraordinário de um grupo específico de agricultores; teria sido o líder de todos, o grande pai e um grande empreendedor. (SCHMIDT, 2001: 109). Venilda Saatkamp ainda o define da seguinte forma:

Willy Barth, recebia os novos colonos, mostrava-lhes as terras, acompanhava-os durante o dia e a noite, cantava com eles para expulsar o cansaço, a tristeza e a saudade. Foi administrador muito seguro e como colonizador deu um exemplo de colonização e modelo de reforma agrária. (...) Willy Barth ficou na memória do povo de Marechal Cândido Rondon como líder extraordinário e colonizador. (SAATKAMP: 1985, 52).

A excelência do projeto de ordenamento do espaço, portanto, relacionando a empresa colonizadora e seu líder, passam a ser tomados como testemunhos da eficiência do processo realizado. Essa perspectiva também aparece quando se trata de explicar a escolha do elemento humano para a migração:

No processo migratório para Marechal Cândido Rondon, onde se projetou a forma de ocupação do espaço, concorreram fatores nas mais diversas ordens, nesse contexto, destaca-se a ação de uma companhia colonizadora que, imbuída do ideário da política governamental da época passa a não só organizar o espaço mas também efetivar um processo de seleção dos indivíduos que efetivariam a colonização. (TOEPPER, 1997: 6)

O estudo de Neiva Salete K. Maccari pode ser considerado como uma daquelas tentativas acima apontadas, nas quais tenta “recolocar” o sujeito na história, estudando o processo de colonização não mais através dos relatórios da empresa colonizadora Maripá, ou de seu plano de ação (MACCARI, 1994). Nesse texto, a autora tentou mostrar como que os “pioneiros” (migrantes sulistas) viveram o processo da colonização, ou seja, procura tomar as experiências individuais e coletivas desse grupo no intento de entender o processo de colonização pela interpretação de seus agentes. A tentativa é válida, mas o que se observa é que essa escolha dos depoentes acabou reforçando a noção de indissociabilidade entre esses agricultores e as ações da empresa Maripá, reproduzindo não apenas a noção de “pioneiro” ali contruída — e toda sua implicância política —, como também a própria seleção e monumentalização das vozes que seriam autorizadas a “falar” e aquelas que deveriam ser esquecidas.

Chamamos atenção para o fato de que os processos históricos não são construídos por ações individuais, mas por ações coletivas. Nessa

perspectiva, pode até fazer sentido colocar pessoas e fatos em destaque, de acordo com sua interferência no processo. No entanto, a nosso ver não se justifica que, em nome desses destaques individuais, operem-se silêncios sobre os outros sujeitos, negando-lhes o próprio direito de se identificar com a história que lhe contam. E esse é, ao nosso ver, um dos principais problemas encontrados na historiografia sobre a colonização da cidade de Marechal Cândido Rondon, e que deve ser urgentemente problematizado.

2.2 - Modernização do campo e mecanização da agricultura

Como já se adiantou, o processo de mecanização do campo e modernização da agricultura é visto sob duas óticas interpretativas distintas. Uma, que corresponde à interpretação acadêmica, quando se considera esse processo como um marco na descaracterização da estrutura fundiária constituída no processo da colonização. Outra, entrevista nos discursos e documentos oficiais.

Por um lado, como já destacamos, a Colonização de 1950 é apresentada como o processo ideal, correto e perfeito, devido principalmente à “obra da colonização científica, técnica e racional posta em prática pela Maripá”. (SILVA: 1988, 92). Por outro, torna-se necessário explicar os diversos problemas de ordem social, inegavelmente presentes na cidade de Marechal Cândido Rondon. Como explicar a existência e a situação precária em que muitos habitantes dessa cidade se encontram? Se, como alguns autores afirmam, a colonização de 1950 foi um processo democrático e igualitário para todos (SAATKAMP, 1985: 85), por que, atualmente, nem todos os moradores da cidade gozam dos efeitos positivos desse processo?

Assim, colocou-se como necessidade construir uma memória que, ao mesmo tempo, pudesse explicar o “porquê” dos problemas sociais na cidade sem, no entanto, comprometer a memória positiva construída sobre o processo de colonização. Assim, temos na historiografia “acadêmica” a seguinte explicação: a colonização foi perfeita; o que saiu errado foi a mecanização do campo e a mecanização da agricultura.

Dessa forma, é comum que o marco da modernização apareça relacionando ao êxodo rural e ao surgimento de diversos problemas urbanos. Rosemeri Hepp, por exemplo, afirma que:

A modernização em consequência da mecanização trouxe transformações tecnológicas, facilitando em parte a mão-de-obra e o aumento da produção. No entanto, surgem outros problemas, como o êxodo rural, a substituição da policultura pela monocultura, o desgaste do solo pelo seu intenso uso, a concentração das terras. (HEPP: 1996, 46)

É, antes de tudo, uma forma de dizer que os problemas urbanos de Marechal Cândido Rondon são consequências única e exclusivamente do processo de modernização e mecanização da agricultura.¹⁷ Consiste em afirmar que antes de 1970, não existia esse tipo de problema na cidade: “Como consequência do impacto do aceleramento da expansão e modernização agrícola, *surge o problema* que até então não se torna relevante em Marechal Cândido Rondon (...) denominado êxodo rural.” (KIST: 1993: 21, grifos meu).

Uma segunda forma de interpretar o processo corresponde à historiografia oficial do município, constituída pelo poder público e empresário locais. Essa corrente se baseia em gráficos e números de produtividade, crescimento industrial e dados fornecidos pelas empresas cooperativas, para mostrar que essas transformações trouxeram o “progresso e o aumento da produtividade” para o município, transformando-o em “celeiro do Paraná”.

Aqui, pode-se notar uma significativa ruptura na amistosa relação que a historiografia oficial e acadêmica vinham produzindo. Quando o assunto é a Colonização e o *resgate* da *Germanidade*, muitos textos acadêmicos aparecem articulados aos discursos e documentos oficiais. No entanto, quando se trata de discutir o marco da mecanização do campo e modernização agrícola, colocam-se em campos opostos.

Ao discutir os efeitos da mecanização e da modernização para a estrutura social da cidade de Marechal Cândido Rondon, os registros e documentos oficiais constroem uma imagem progressista desse processo, associando esses processos aos “avanços econômicos do município”, ao “aumento na produtividade”, na economia, na qualidade e anunciando com excessiva ênfase slogans tais como o de “município da produção”, ou, mais recentemente “a 3ª melhor cidade em qualidade de vida”, etc. Além disso, pode-se observar o incentivo dado, por parte do poder público às feiras e exposições anuais de máquinas e produtos da região, como as exposições das cooperativas locais, a “festa do município” e a própria “Oktoberfest”.

Em 1985, a Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon publicou uma “revista comemorativa dos 25 anos de emancipação

política”, cuja preocupação com a retrospectiva histórica da cidade, apresentava o processo de modernização da década de 70 do seguinte modo:

Marechal Cândido Rondon se expandia. Seu desenvolvimento contou com a orientação segura e precisa de seus administradores, que souberam proporcionar ao município aquilo que realmente ele necessitava para o bem da população (...). O desenvolvimento adquirira um ritmo acelerado e era preciso tomar atitudes e decisões que não bloqueassem esse desenvolvimento. (Prefeitura Municipal: 1985, p. 17)

Entretanto, os “efeitos positivos” apontados nos documentos oficiais parecem dissolver-se nos argumentos e nas fontes consultadas pelas produção acadêmica. Para esses pesquisadores, as mudanças na estrutura agrária e social da cidade da década de 70 são sinônimos de prejuízos sociais, associando tais processos não à idéia de benefício coletivo, mas sim de “degradação social” e desestruturação das relações harmoniosas dessa sociedade rural anteriormente construída. Para Barriviera;

Enquanto que (o agricultor) no campo não tinha acesso à terra, na cidade a habitação é seu maior martírio, pois quase sempre, faz parte do contingente de trabalhadores que vive numa extremada pobreza advinda do desemprego, do subemprego e do acirramento da pauperização. Em Marechal Cândido Rondon o processo não é diferente. (BARRIVIERA: 1994, 8)

A mecanização agrícola e a modernização do campo aparecem associadas a vários atributos negativos, como: o êxodo-rural e o posterior problema de habitação na cidade, o endividamento de pequenos proprietários rurais (problema apontado como consequência dos financiamentos para a aquisição de máquinas e agrotóxicos), a degradação das condições de vida na cidade, a depredação do solo (em virtude da aplicação desses agrotóxicos), concentração fundiária, especulação imobiliária, falta de estrutura e planejamento urbanos, entre outros.

O que permanece é o fato de que, seja na defesa ou na negação desse processo, esses dois eixos de interpretação concordam em situá-lo como elemento central na explicação de todas as transformações ocorridas na sociedade a partir de 1970. Além disso, segundo essas explicações, as transformações só viriam a acontecer depois dessa mecanização. Para Rosemeri Hepp, “A partir da década de 70, a mecanização teve grande

impulso, o que determinou grande desmatamento e destocas. Surgem os primeiros tratores e implementos agrícolas, bem como os insumos agrícolas, modificando o sistema de plantio, com técnicas inovadoras". (HEPP, 1996: 2)

Outro perigo dessa forma de abordagem surge quando esses autores relacionam esse processo de mecanização do campo e modernização da agricultura na cidade de Marechal Cândido Rondon a uma "inevitável" tendência nacional. Marli T. S. Schlosser, por exemplo, ao analisar propagandas radiofônicas veiculadas em programas diários da cidade, apresenta uma perspectiva na qual a mecanização do campo foi um processo praticamente inevitável, dado ao enorme marketing dos governos militares sobre a mecanização da agricultura e seus efeitos *positivos*. (SCHLOSSER, 2000:73) Aponta-se ainda a concessão de linhas de créditos disponibilizadas pelos governos militares para a aquisição de maquinários e insumos agrícolas.

Nesse caso, trabalha-se com duas conclusões implícitas às análises acima destacadas: de um lado, para a história oficial e empresarial (Prefeitura, Municipal, Cooperativas, etc.), só teriam permanecido no campo aqueles agricultores empreendedores, capacitados e preparados para se adaptar às transformações que estavam ocorrendo no Brasil. Essa interpretação ajuda ainda a reforçar o mito do agricultor "pioneiro", uma vez que esses "pioneiros" serão aqueles agricultores que permaneceram na terra e "venceram as dificuldades", tornando-se, em muitos casos, grandes empresários da cidade e região.

Uma segunda conclusão, oriunda da leitura acadêmica desse processo, resulta do seguinte: ao relacionar as transformações a essa inevitável "tendência nacional", esses autores colocam todos os proprietários de lotes rurais (agricultores) na condição de vítimas. Ao mesmo tempo, e paradoxalmente, fala-se muito dos trabalhadores que saíram do campo, mas praticamente nada se falou daqueles que permaneceram, especialmente aqueles que construíram verdadeiros latifúndios, ou aqueles que "saíram" do campo para tornar-se grandes empresários do setor agroindustrial. Nessa leitura, em última análise, esses novos empresários também teriam sido vitimados por essa inevitável "tendência nacional", mas por alguma razão, teriam sobrevivido ao processo.

Embora alguns estudos produzidos no meio universitário tenham elaborado importantes críticas, problematizando essas transformações da sociedade a partir de 70, levando em conta os aspectos sociais e os problemas de estrutura engendrados, o que muitas vezes acabam fazendo

é a análise de fontes e discursos oficiais, identificando seus vácuos, suas incoerências ou mesmo seus objetivos. Se a produção acadêmica se utiliza desses documentos produzidos pelo poder público de forma inocente, não levando em consideração que esses discursos podem constituir-se em meras abstrações, com conteúdos forjados, construídos ou mesmo irreais, muitas dessas críticas, pode estar, na verdade, fundando-se em falsas questões, ao tomar como realidades projetos que muitas vezes nem saíram do papel. Muitas vezes o poder público baseia sua argumentação apenas em números e gráficos de empresas e órgãos oficiais, produzindo documentos para a construção de uma imagem positiva da cidade. No entanto, com relação aos sujeitos desse processo, tanto uma como a outra vertente historiográfica não os vem tratando prioritariamente, como fazem, por exemplo, com os “pioneiros” da colonização. Assim, os sujeitos que viveram e experimentaram as transformações no campo não são ouvidos pela historiografia do município, interpretados e descritos que são a partir de números e gráficos que pouco expressam suas experiências reais.

Um último problema gerado por essa leitura acadêmica sobre esse marco historiográfico pode ser apontado quando, ao preservar a obra “civilizadora” da colonização via-Maripá, situando o início dos problemas sociais somente após a década de 1970, os trabalhadores expulsos do campo que começam a acorrer à zona urbana da cidade passam a ser até mesmo apresentados como “invasores”. Inês Kist, ao analisar os problemas *emergentes* na década de 1970, como a falta de planejamento urbano desta cidade, iniciado com o processo de mecanização da agricultura, é enfática ao referir-se da seguinte forma a esses imigrantes:

Não seria então conveniente nos perguntarmos se esses sujeitos estão de acordo com as características e atributos que lhe são dados? Será que as pretensões do poder público tem buscado suprir a necessidade desses *aventureiros* acomodando-os em espaços previamente determinados e que futuramente não venham comprometer o que hoje é denominado centro. (KIST: 1993, 32)

Sem pretender fazê-lo, essa leitura acaba transformando esses trabalhadores em *invasores* porque partem do pressuposto de que a cidade fora rigorosamente (e racionalmente) planejada pela empresa Maripá. A presença desses imigrantes no traçado urbano após 1970, independente de suas motivações, acabou tumultuando e desordenando esse espaço planejado. Esses trabalhadores, ao ocuparem as áreas periféricas da cidade,

teriam alargado o cinturão habitacional inicialmente estabelecido pelos agrimensores da empresa Maripá. Assim, teriam sido responsáveis pelo surgimento da especulação imobiliária e desemprego. Além disso, ao ocupar áreas verdes, à beira de mananciais e córregos, teriam trazido riscos ao meio ambiente. Sua presença na cidade passa a demandar serviços sociais (esgoto, água, luz, moradia) que não estavam previstos pela administração municipal.

Enfim, trabalha-se com a noção de que a cidade, antes ordeira, planejada e racionalmente ocupada, passa a ser rapidamente alterada pela presença (involuntária ou não) desses trabalhadores. E tanto a existência de espaços periféricos de moradia, quanto os problemas urbanos decorrentes de sua existência na cidade, só teriam passado a existir quando esses sujeitos foram habitar “fora” do traçado original da cidade, planejado minuciosamente pela empresa Maripá, quando houve a colonização em 1950. Assim, devido à “teimosia” em habitar fora desse plano, esses sujeitos teriam feito surgir os problemas urbanos/sociais que se conhece atualmente.

Tendo em vista algumas questões colocadas aqui, acredita-se que seja necessário repensar o tratamento que essa historiografia (acadêmica, principalmente) vem dando ao marco da modernização e mecanização agrícola, não no intuito de negar a ocorrência dessas transformações, mas cuidando para que não se construa uma memória que seja utilizada, conscientemente ou não, como justificativa dos problemas sociais vividos por sua população.

¹⁷ WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. Nesse texto, o autor discute a memória cristalizada sobre o processo de cercamentos do século XVII na Inglaterra, a partir da análise de poemas contemporâneos da época. Segundo Williams, os autores dos poemas atribuíam todos os problemas daquela sociedade aos cercamentos. Estes eram vistos como a causa de todas as transformações na sociedade rural inglesa, inclusive a desestruturação das propriedades comunais. Para ele, essa forma genérica e mítica de entender a história é problemática, já que perde-se a noção da dinâmica do processo histórico, pois ele passa a ser explicado a partir de apenas um aspecto isolado, e não de sua relação com o todo. Na historiografia acadêmica sobre a mecanização da agricultura e modernização do campo, ocorre uma leitura bastante similar.

2.3. O projeto da Germanidade

O marco do Projeto de Germanidade corresponde ao surgimento de iniciativas, projetos e discursos, que, em meados de 1980, passaram a tentar “resgatar as raízes germânicas” de Marechal Cândido Rondon. A festa da Oktoberfest, criada em 1987, se insere nesse projeto.

Neste texto, entende-se o “projeto de germanidade” como um conjunto de práticas, discursos e idéias, produzidos na cidade de Marechal Cândido Rondon, tendo por objetivo a criação da imagem de uma “cidade com raízes germânicas”.¹⁸ Esse projeto foi elaborado a partir de uma articulação entre o poder público e o empresariado local, e reproduzido pela imprensa local e também em diversos trabalhos historiográficos. Assim, pode-se dizer também que os principais elementos desse projeto correspondem também aos recorridos temas de análise na historiografia local.¹⁹

A maioria dos textos consultados que tematizam algum aspecto do projeto de *Germanidade* — muitos dos quais estudando diretamente as razões e a viabilidade *cultural* da Oktoberfest e da arquitetura em estilo enxaimel — admitem perceber que a *Germanidade* de Marechal Cândido Rondon é apenas um projeto construído artificialmente pela elite empresarial e política da cidade a partir da década de 1980. Mesmo percebendo isso, alguns autores acabaram absorvendo seus principais elementos como tema central de discussão, reproduzindo-os sem no entanto problematizá-los. O problema disso é que, sendo construído artificialmente, qualquer questão oriunda desse projeto é, também, e em última instância, algo *inventado*. Ou, melhor dizendo, trata-se de uma *invenção de tradições*. (HOBSBAWM, 1982: 15). Nesse caso, caberia aos historiadores locais discutir as razões históricas (políticas, sociais, econômicas, etc) que levaram a essa elite inventar tal tradição, e não simplesmente se envolver na discussão sobre sua viabilidade ou não.

¹⁸ Esse tipo de propaganda é muito comum na cidade, pois tem o objetivo de incentivar o turismo para essa cidade, principalmente em épocas de Oktoberfest. Os principais veiculadores de expressões desse tipo são: Outdoors, Folders, anúncios na imprensa, cartazes, Revistas, adesivos, etc. Há pouco tempo, um desses anúncios foi encontrado também em pequenos copos de água mineral da SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto, de Marechal Cândido Rondon).

¹⁹ Dentre os vários trabalhos produzidos sobre o assunto, identificou-se também uma dissertação de mestrado em Educação Física, de Ilse Lorena V. B. G. de Queirós, “A Oktoberfest de Marechal Cândido Rondon, Paraná”, concluída em 1999, e defendida na Unicamp. Outros trabalhos também foram consultados, e estarão relacionados nesse texto.

Não é o que ocorre. Os autores que têm se ocupado do tema mostram-se mais preocupados em identificar e denunciar fissuras e falhas na simbolização do germanismo difundido na cidade. A identificação dessas falhas é feita muito mais no sentido de “reformatar” e melhor “adequar” esse *germanismo* à cidade do que em produzir uma crítica à existência de tal projeto. Assim, em última instância, os autores desses trabalhos capitulam frente à idéia de que o projeto de *germanização* representa — parcial ou integralmente — um sentimento *germânico* pretensamente existente entre a população local. Isso é visível, por exemplo, no texto produzido por Sônia Maria Guilherme, no qual comenta a reforma arquitetônica promovida na cidade, demonstrando ter total clareza da natureza folclórica e quase caricatural dessas reformas. Segundo sua descrição: “o espaço é alterado, procurando adaptar fachadas da casa e do comércio local ao estilo Enxaimel, estilo esse que faz parte de um projeto especial mais amplo, de germanização do município.” (GUILHERME: 1998, 8)

Fica claro que a autora percebe que as construções em estilo Enxaimel produzidas nesse espaço fazem parte de um projeto vigente na cidade, e não de algo espontâneo dela. No entanto, ainda tecendo considerações sobre o projeto, a autora parece querer justificar e até defender a existência do projeto, afirmando que: “Esse projeto de arquitetura visava modificar somente as fachadas das construções, não mexendo nas instalações internas, *trazendo um pedacinho da Europa, mais precisamente da Alemanha, para mais perto dos seus descendentes.*” (GUILHERME: 1998, 9, grifos meus)

De uma forma geral, o Projeto de Germanidade se sustenta na idéia de que a cidade de Marechal Cândido Rondon, ao ser colonizada a partir de 1950, teria se constituído num núcleo de colonização “alemã”, onde as pessoas já se sentiam germânicas. No entanto, essa identidade estaria se perdendo com o passar dos anos. Os “alemães que aqui vivem” estavam perdendo seus principais traços culturais, como a língua e os costumes, à medida que os “lusó-brasileiros” estavam lhes impondo sua cultura, seus costumes e seu dialeto. Assim, para José Erondi Yurkiv, “(...) a entrada da televisão, e de outros meios de comunicação de massa no cotidiano dessas pessoas, essa massificação cultural, e a *imposição de um “dialeto regional”, como sendo o único brasileiro e correto, vem refletir em Marechal Cândido Rondon na forma de abandono da língua alemã, (...)*” (IURKIV: 1993, 17)

No intuito de justificar a existência do projeto de germanidade, o principal discurso adotado pelos seus articuladores foi, então, direcionado

no sentido de convencer a população da urgente necessidade dessa cidade se redimir com suas “raízes germânicas”. Assim, o poder público local, em conjunto com empresários da cidade, elaborou um projeto que agregava uma série de elementos históricos, articulando-os com diversos símbolos idealizados a partir do folclore germânico, como roupas, música, língua, construções com faixadas em estilo enxaimel (germânico), pratos típicos, além da própria Oktoberfest.

Para que esse projeto pudesse obter êxito, era preciso dar-lhe as necessárias credenciais e legitimidade frente a população local, construindo, a partir de elementos históricos difusos e mitos, a sustentação histórica. Nos termos propostos por Hobsbawm, “toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão global.” (HOBSBAWM: 1997, 21). Portanto, na *invenção* dessa tradição em Marechal Cândido Rondon, foi crucial a intervenção da academia em sua legitimação histórica. Sem que houvesse significativos questionamentos quanto às principais idéias presentes no corpo desse projeto, muitos pesquisadores passaram a incorporar tais discursos, reproduzindo-os em seus textos, dando-lhes o necessário suporte historiográfico.

Após elaborado, e já contando com os necessários elementos difusores e legitimadores, o maior objetivo dos idealizadores desse projeto passou a ser convencer a população da cidade de Marechal Cândido Rondon de que ela era germânica, devendo portanto identificar-se com aquela germanidade. Assim, é compreensível a campanha massiva de germanização promovida na cidade e na imprensa pelos órgãos públicos e empresariado local, através da construção de fachadas e de diversos monumentos germânicos (o portal da cidade é um deles), realização da Oktoberfest, e, historiograficamente, o incentivo ao “resgate da memória dos pioneiros *germânicos* da colonização”, a partir da metade da década de 1980 até os dias atuais, conforme já tratado no presente artigo.

Para além dos interesses políticos e econômicos visivelmente presentes nessa *germanização* da cidade, impressiona a enorme adesão da academia em sua legitimação e sustentação. Alguns trabalhos chegam a se constituir até mesmo como propagandistas dos elementos presentes no projeto. Comentando a construção do *Portal Germânico*, Elói Pickler não economiza elogios ao ufanismo simbolizado por essa construção. Em seu texto, afirma que: “O portal de Marechal Cândido Rondon homenageia aqueles que construíram a cidade, a maioria descendentes de alemães, constituindo-se numa das inúmeras atrações do município.” (PICKLER: 1999, 15)

Esse autor ainda faz questão de ilustrar tal afirmação colocando uma foto do Portal em seu texto. Além disso, ainda escreve que; “A cidade de Marechal Cândido Rondon, a partir da vinda e fixação dos imigrantes, foi construída a partir de uma estrutura germânica. (...) Ao mesmo tempo, percebe-se a existência de uma preocupação bastante grande em manter todos esses aspectos culturais. Exemplo disso é o portal na entrada leste da cidade (...) Nele podem ser percebidos uma série de detalhes (...) que demonstram a importância e o interesse em preservar todo um estilo germânico.” (PICKLER: 1999, 14)

Também em tom apologético, Marcia Maria Philipsen descreve outro símbolo dessa germanidade, a Oktoberfest, costurando argumentos para justificar sua realização. Segundo essa autora:

Assim como a OKTOBERFEST vem se realizando em Munique na Alemanha desde 1810, na última década, o município de Marechal Cândido Rondon começou a experimentar um sentimento de recuperação dessas tradições num sentido mais amplo evidenciando a cultura germânica tão arraigada na cidade. (PHILIPPSEN: 1994, 30)

Uma questão merece ser colocada nesse debate. Se realmente existe nessa cidade um “sentimento” de germanidade, profundamente arraigado na população, conforme a citação acima, por que então foi necessário elaborar todo um projeto para “germanizá-la”? Se a germanidade se constitui num sentimento espontâneo entre a população, então por que foi necessário criar incentivos e toda uma estrutura visual, psicológica, política e educacional para convencer essa mesma população de que ela era germânica?

Outra autora, Lucinéia Regina Limberger, também em tom de justificativa, e ressentindo a falta da solidez dessa germanidade, evoca as “raízes históricas” da germanidade local para defender a validade do projeto. A autora defende a idéia de que Marechal Cândido Rondon possui raízes germânicas, afirmando até mesmo que a população já se sentia germânica desde a colonização. Mesmo assim, ela também admite que esse é apenas um projeto levado a cabo na cidade, concluindo que “(...) o povo acaba por absorver a *germanidade* devido aos privilégios que lhe são concedidos.”. (LIMBERGER: 1995, 40)

Aqui, parece falso, embora não mal intencionado, defender a idéia de que a adesão de setores da cidade — sobretudo o empresariado — a esse projeto teria se dado por conta dos incentivos fiscais (isenção de IPTU e outros benefícios) concedidos pela Prefeitura Municipal aos

donos de estabelecimentos comerciais e prédios que construísem faixadas no estilo *germânico*. Algumas evidências em contrário tornam no mínimo questionável tal idéia, o que merece ser melhor investigado por outras pesquisas. Isso porque recentemente, Carlos Follmann produziu um estudo monográfico no qual comparou o custo das construções em estilo enxaimel, e as isenções fiscais concedidas pela Prefeitura Municipal aos donos desses prédios. O autor concluiu que as isenções fiscais nem de longe compensavam os custos da readequação arquitetônica promovida nessas faixadas, o que invalida a idéia de que a isenção fiscal pura e simplesmente incentivaram a construção nesse estilo arquitetônico. Essa constatação pode, por um lado, reforçar a idéia de que a iniciativa desses empresários em construir adotando tal estilo se deva ao seu *amor e abnegação* à identidade germânica (FOLLMANN, 1999).

Mas, ao que tudo indica, não é exatamente isso o que ocorre. Considerando que essas construções só ocorreram a partir da década de 1980, principalmente após o Projeto de *Germanização* do município, é no mínimo curioso que essa súbita *abnegação* ao germanismo, sendo um sentimento inerente a esses moradores, só tenha se manifestado recentemente. Aqui, chama-se a atenção para algo já discutido nesse artigo: a constatação de que ao construir, defender, assumir e ostentar uma *identidade germânica*, as elites locais buscaram colocar em curso um processo de afirmação de lugares sociais na ocupação, ordenamento e utilização de seus espaços públicos dessa cidade, bem como de sua memória. A relação entre a memória *germânica* e a construção de uma hegemonia política na cidade também já foi tratado anteriormente nesse texto, e não cabe, portanto retomar aqui. De qualquer forma, é preciso estar atento a essa relação, presente tanto na reconstrução simbolizada da arquitetura central, como na produção historiográfica de sua memória oficial.

Por fim, ressalta-se o importante papel que esse marco historiográfico desempenha na construção e afirmação dessa memória hegemônica construída com amplo apoio e participação da academia. O marco do *Projeto da Germanidade* completa a explicação sobre o ciclo histórico da cidade quando, após a década de 1980, como num “toque de mágica”, ou como se houvesse despertado de um sono profundo, a cidade e sua população — representada aqui pelas classes dominantes locais, especialmente os políticos elaboradores desse projeto — passam a buscar um “resgate” de suas raízes *germânicas-européias*, que haviam sido constituídas pela colonização dita étnica da Empresa Maripá, mas que, em algum momento da história, por motivos não mencionados, teriam se perdido.

Esse é o perfil da memória com a qual vimos lidando até aqui. É certo que existem muitos trabalhos novos que tem buscado romper com essas concepções hegemônicas. No entanto, enquanto muitas pesquisas tem procurado novas temáticas, sujeitos e memórias que certamente subvertem aquela oficial, os marcos hegemônicos têm sido, via de regra, preservados. Nada temos a perder construindo outros caminhos de pesquisa, para dar vazão a memórias que até agora vinham sendo silenciadas. No entanto, a crítica ainda faz-se necessária.

Abandonar tal discussão, sem refletir sobre o papel que essa memória desempenhou na construção e afirmação de lugares e sujeitos sociais dessa cidade, poderia constituir-se numa grave capitulação. E isso torna-se mais urgente quando constatamos que o ensino tem se mantido prisioneiro desse campo de memória, enquanto muitas pesquisas produzidas por nossos pares tem buscado preservar tal memória. Por fim, é preocupante constatar uma nova ofensiva, da parte do poder público local e regional, no sentido de cooptar historiadores profissionais para escrever novas (?) “histórias oficiais”, criando camadas de memórias ainda mais sólidas e difíceis de se remover. O enredo desse processo e as consequências dessa memória nós já conhecemos bem, razão pela qual devemos evitá-las e, sobretudo, combatê-las.

Fontes citadas

Dissertações e Monografias

BARRIVIERA, Antônio, D. *Crescimento Urbano de Marechal Cândido Rondon*. Marechal Cândido Rondon/Pr: Unioeste, Monografia de Graduação, 1994.

EIDT, Ivan Luiz. *Colonização, Agricultura e Diversificação Econômica: O Projeto Social da MARIPÁ para o Oeste Paranaense*. Marechal Cândido Rondon/Pr: Unioeste, Monografia de Graduação, 1997.

FISCHER, Dalva Franciosi. *A Festa Oktoberfest de Marechal Cândido Rondon: Dimensão de Lazer – Trabalho*. Marechal Cândido Rondon/Pr: Unioeste, Monografia de Especialização, 1994.

FOLLMANN, Carlos André. *Inquietações sobre a arquitetura rondonense*. Marechal Cândido Rondon/Pr: Unioeste, Monografia de Graduação, 1999.

GUILHERME, Sônia Maria. *Representações do Feminino e do Masculino na Oktoberfest de Marechal Cândido Rondon*. Marechal Cândido Rondon/Pr: Unioeste, Monografia de Graduação, 1998.

HEPP, Rosemeri. *Marechal Cândido Rondon: Organização do Espaço e Modernização Agrícola*. Marechal Cândido Rondon/Pr: UEM, Monografia de Especialização, 1996.

IURKIV, José Erondy. *Oktoberfest: Criação e Implicâncias na Construção da Identidade Cultural Rondonense*. Marechal Cândido Rondon/Pr: Unioeste, Monografia de Graduação, 1993.

KIST, Inês. *O Êxodo Rural no Município de Marechal Cândido Rondon (1970 – 1990)*. Marechal Cândido Rondon/Pr: Unioeste, Monografia de Graduação, 1993.

LIMBERGER, Lucinéia R. *A Construção de uma Identidade Germânica em Marechal Cândido Rondon (1950 – 1995)*. Marechal Cândido Rondon/Pr: Unioeste, Monografia de Graduação, 1995.

MACCARI, Neiva Salette Kern. *Migração e Memória: Um Estudo sobre Depoimentos de Pioneiros da Região Oeste do Paraná*. Marechal Cândido Rondon/Pr: Unioeste, Monografia de Graduação, 1994.

PHILIPPSSEN, Márcia Maria. *A Oktoberfest em Marechal Cândido Rondon (1987 – 1994)*. Marechal Cândido Rondon/Pr: Unioeste, Monografia de Graduação, 1994.

PICKLER, Elói. *Representação no Campo Religioso na Colonização de Marechal Cândido Rondon: Católicos e Protestantes*. Marechal Cândido Rondon/Pr: Unioeste, Monografia de Especialização, 1999.

QUEIRÓS, Ilse Lorena V. B. Galvão de. *A Oktoberfest de Marechal Cândido Rondon/Paraná: um estudo sobre o significado do lazer entre descendentes de alemães*. Campinas/SP: Unicamp, Dissertação de Mestrado, 1999.

SCHNEIDER, Cláercio Ivan. *Empresas Colonizadoras e a (Re)ocupação do Oeste Paranaense: Uma Análise Documental*. Marechal Cândido Rondon/Pr: Unioeste, Monografia de Graduação, 1998.

STEIN, Marcos Nestor. *Construção e Reconstrução do Discurso da Germanidade em Marechal Cândido Rondon*. Marechal Cândido Rondon/Pr: Unioeste, Monografia de Graduação, 1996.

TOEPPER, Maira Esther. *O Processo Migratório para Marechal Cândido Rondon: O Direcionar de uma Origem Geográfica*. Maringá/Pr: UEM, Monografia de Especialização, 1997.

Livros e artigos

COLODEL, José Augusto. *Obrages & Companhias Colonizadoras: Santa Helena na História do Oeste Paranaense até 1960*. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988.

GREGORY, Valdir. "História: Reflexões metodológicas" In: GREGORY, Valdir & LOPES, Marcos A (Org.). *O Ensino e a Pesquisa em História na Unioeste*. Cascavel: EDUNIOESTE, 1998.

_____, *Os eurobrasileiros e o espaço colonial*. Cascavel, EDUNIOESTE, 2000.

SAATKAMP, Venilda. *Desafios Lutas e Conquistas: História de Marechal Cândido Rondon*. Cascavel: Assoeste, 1985.

SCHMIDT, Róbi. J. *Cenas da Constituição de um Mito Político: Memórias de Willy Barth*. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2001.

SCHLOSSER, Marli T. S. "Modernização Agrícola: um Estudo de Discursos Jornalísticos na Região Oeste do Paraná (1966 - 1980)." In: *Espaços da Memória. Fronteiras*. In: LOPES, Marcos A. (org.) Cascavel - PR: EDUNIOESTE, 2000 (pp. 67 - 78).

SCOPEL, João Luiz. *Conhecendo o Município*. Marechal Cândido Rondon: Gráfica Universitária, 1996.

SILVA, Oscar & outros. *Toledo e sua História*. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1988.

WACHOWICZ, Ruy Christóvam Obrageros, *mensus e colonos - História do Oeste Paranaense*. Curitiba: Vicentina, 1982.

Folders, Revistas e outros documentos

Folder de Propaganda da Oktoberfest de 1998: *Todos os Caminhos levam a Marechal Cândido Rondon*. Biblioteca Municipal de Marechal Cândido Rondon.

Folder de Propaganda Turística e Geográfica: *Aprovado: Terceira em Qualidade de Vida no Paraná*. 1997. Biblioteca Municipal de Marechal Cândido Rondon.

Revista Comemorativa dos 25 anos de Emancipação Política Administrativa de Marechal Cândido Rondon. Biblioteca Municipal. (Prefeitura Municipal 1985).

Bibliografia

DIAS, Edmundo Fernandes. "Hegemonia: racionalidade que se faz história". In: DIAS, Edmundo F. (org.) *O Outro Gramsci*. Campinas: Xamã, 1997.

GERTZ, René. *O Perigo Alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1991.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *Ecos da Marselhesa*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

_____. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

KHOURY, Yara M.; PEIXOTO, M. R. da Cunha & VIEIRA, M. P. de Araújo. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1995.

LAVERDI, Robson. *Tempos Diversos, vidas entrelaçadas: trajetórias itinerantes de trabalhadores na paisagem social do Extremo-Oeste Paranaense (1970-2000)*.

Niterói: UFF, 2003, Tese de Doutorado em História.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. "Memória da Independência: Marcos e Representações Simbólicas." In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: 1995.

MOTTA, Márcia M. Menendes. "História e Memórias". In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.) *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História – UFF, 1998.

POLLAK, Michel. "Memória, Esquecimento, Silêncio". In *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Edições Vértice, 1989.

PORTELLI, Alessandro. "O Massacre de Civitella Val di Chiana: Mito e Política, Luto e Senso Comum." In: AMADO, F. & FERREIRA, Marieta (org.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: F.G.V., 1998.

RONCAYOLLO, Marcel. "Cidade". In *Enciclopédia Einaudi*: 8 região. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.

SAMUEL, Raphael. "Teatros de Memória". In *Projeto História 14: Cultura e Representação*. São Paulo: PUC, 1997.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

